



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N° , DE 2013
(Do Sr. Ronaldo Caiado)

Solicita a convocação do Excelentíssimo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto de Carvalho, a fim de prestar esclarecimentos acerca de entrevista concedida à Revista Veja pelo Sr. Romeu Tuma Jr, ex-Secretário Nacional de Justiça, onde o mesmo denuncia, entre outras coisas, a utilização da estrutura oficial do Estado com objetivos adversos aos de sua competência.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, caput, e 58, § 2º, ambos da Constituição Federal e na forma dos arts. 32, XI, 'b', e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a convocação do Excelentíssimo Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto de Carvalho, a fim de prestar esclarecimentos acerca de entrevista concedida à Revista Veja pelo Sr. Romeu Tuma Jr, ex-Secretário Nacional de Justiça, onde o mesmo denuncia, entre outras coisas, a utilização da estrutura oficial do Estado com objetivos adversos aos de sua competência.

JUSTIFICAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Recente matéria da Revista Veja, de 7 dez 2013, trouxe gravíssimos fatos apontados pelo Sr. Romeu Tuma Jr, ex-Secretário Nacional de Justiça do Governo Lula, de que aquela Secretaria da estrutura do Ministério da Justiça é useira em utilizar a estrutura estatal com fins distintos dos interesses do País. A Secretaria Nacional de Justiça armazena “*informações confidenciais de outros países, listas de contas bancárias de investigados e documentos protegidos por rigorosos acordos internacionais.* Cercado por poderosos interesses, esse universo de informações confere ao seu controlador acesso aos mais restritos gabinetes de ministros e a responsabilidade sobre assuntos caros ao próprio presidente da República.” Por sua delicada posição, a Secretaria sempre foi demandada a realizar (ou omitir) trabalhos com vistas a beneficiar interesses não necessariamente estatais.

No período de três anos em que esteve à frente da Secretaria, o Sr. Romeu Tuma Jr. testemunhou muitos fatos desta natureza que agora ele publica em livro.

Segundo a reportagem, Romeu Tuma

... conviveu diariamente com as pressões de comandar essa estrutura, cuja mais delicada tarefa era coordenar as equipes para rastrear e recuperar no exterior dinheiro desviado por políticos e empresários corruptos. (...)

Segundo o ex-secretário, a máquina de moer reputações seguia um padrão. O Ministério da Justiça recebia um documento apócrifo, um dossiê ou um informe qualquer sobre a existência de conta secreta no exterior em nome do inimigo a ser destruído. A ordem era abrir imediatamente uma investigação oficial. Depois, alguém dava uma dica sobre o caso a um jornalista. A divulgação se encarregava de cumprir o resto da missão. Instado a se explicar, o ministério



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

confirmava que, de fato, a investigação existia, mas dizia que ela era sigilosa e ele não poderia fornecer os detalhes. (...)

Uma das primeiras vítimas dessa engrenagem foi o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). Senador à época dos fatos, Perillo entrou na mira do petismo quando revelou à imprensa que tinha avisado Lula da existência do mensalão. O autor conta que em 2010 o então ministro da Justiça Luiz Paulo Barreto entregou em suas mãos um dossiê apócrifo sobre contas no exterior do tucano. As ordens eram expressas: Tuma deveria abrir uma investigação formal. O trabalho contra Perillo, revela o autor, havia sido encomendado por Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete do presidente Lula. Contrariado, Tuma Junior refutou a "missão" e ainda denunciou o caso ao Senado. (...)

O ex-Secretário também abordou em sua entrevista à Veja a existência de uma conta com recursos do mensalão aberta nas Ilhas Cayman. Segundo ele, essa investigação também foi "engavetada", mesmo com a concordância daquele território insular em colaborar com as investigações. Assim diz a reportagem:

Seu livro traz documentos que deixam o governo Lula em péssima luz. Alguns deles mostram que o governo agiu para engavetar uma investigação que identificara uma suposta conta do mensalão no exterior. O ex-secretário revela que todos os ministros do Supremo Tribunal Federal foram grampeados ilegalmente pela Polícia Federal e pela Abin em 2007. Um dos capítulos é dedicado ao ainda misterioso assassinato do prefeito petista Celso Daniel, em 2002. Tuma Junior reproduz um diálogo entre ele e Gilberto Carvalho no qual o ministro confessa que entregava o dinheiro desviado da prefeitura de Santo André nas mãos do mensaleiro José Dirceu. O autor se convenceu de que Celso Daniel foi mono em uma operação de queima de arquivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Em nota divulgada à imprensa, o Sr. Ministro Gilberto Carvalho repudiou todas as declarações prestadas pelo Sr. Romeu Tuma Jr, dizendo que o processará pelo crime de calúnia.

A par das medidas particulares que possam ser adotadas pelo Sr. Ministro, faz-se necessária sua oitiva perante esta Comissão, vez que estão em jogo denúncias contra órgãos estatais, que estariam prevaricando em investigações a cabo do Ministério da Justiça. Ademais, vê-se, também, que recursos públicos podem ter sido desviados para paraísos fiscais, o que demandaria uma atuação tempestiva dos órgãos estatais, o que, nos parece, que não ocorreu.

Por todo o exposto, a extrema gravidade das circunstâncias enumeradas está a demandar o imediato esclarecimento dos fatos perante este Parlamento, razão pela qual propugnamos pela aprovação do presente requerimento de convocação.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2013.

DEPUTADO RONALDO CAIADO
Líder do Democratas